

DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO

O papel do CEPV/UEL na democratização do acesso ao ensino superior público

Maycon Nogueira da Cruz Souza ¹

Rita de Cássia Rodrigues Oliveira ²

1 INTRODUÇÃO

O acesso ao ensino superior público no Brasil constitui-se historicamente como um processo marcado por profundas desigualdades sociais, econômicas e culturais. Ainda que, nas últimas décadas, tenham sido implementadas políticas de expansão e inclusão, como a ampliação de vagas e ações afirmativas, persistem barreiras estruturais que dificultam o ingresso de estudantes oriundos das camadas populares. Nesse contexto, iniciativas educacionais complementares, como os cursos pré-vestibulares, assumem relevância na tentativa de reduzir tais desigualdades.

O Curso Especial Preparatório Pré-Vestibular da Universidade Estadual de Londrina (CEPV/UEL) insere-se nesse cenário como uma ação institucional voltada à preparação de estudantes para o ingresso no ensino superior. Para além da revisão de conteúdos, o CEPV configura-se como um espaço formativo que possibilita a ampliação de repertórios culturais, o desenvolvimento acadêmico, a aproximação dos estudantes com o ambiente universitário e a formação cidadã. Neste sentido, [...] “o CEPV-UEL adotou desde o início uma concepção de ensino que promove o espírito crítico, contestador e cômico dos direitos e deveres de cada cidadão e cidadã” (Oliveira; Santos, 2023, p. 305).

Entretanto, ao mesmo tempo em que essas iniciativas ampliam oportunidades, torna-se necessário problematizar seus limites no enfrentamento das desigualdades estruturais. Conforme Saviani (2008), a educação, em sociedades desiguais, tende a reproduzir as condições existentes, a menos que esteja articulada a projetos comprometidos com a transformação social. Dessa forma, a análise do CEPV exige uma abordagem que considere simultaneamente seus avanços e suas contradições.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar, sob uma perspectiva teórica e crítica, o papel do CEPV/UEL na democratização do acesso

¹ Graduando em Pedagogia, aluno e maycon.nogueira@uel.br.

² Mestra em Ensino de Língua Portuguesa, Agente Universitário Profissional/Analista de Gestão Universitária e cassia@uel.br.

ao ensino superior público, discutindo seus alcances e limites no contexto das desigualdades educacionais brasileiras.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Desigualdades educacionais e acesso ao ensino superior

A compreensão do acesso ao ensino superior no Brasil exige a análise das desigualdades estruturais que atravessam a sociedade. O sistema educacional, longe de ser neutro, atua como um espaço de reprodução social. Nesse sentido, Bourdieu (1998) evidencia que a escola legitima desigualdades ao valorizar determinados capitais culturais que não são igualmente distribuídos entre os sujeitos.

Estudantes de grupos socialmente favorecidos tendem a dispor de melhores condições de escolarização, maior acesso a bens culturais e apoio familiar mais estruturado, o que impacta diretamente seu desempenho em processos seletivos. Em contrapartida, estudantes da escola pública frequentemente enfrentam limitações estruturais que dificultam sua preparação para o ingresso no ensino superior.

Nesse cenário, o vestibular, enquanto mecanismo de seleção, tende a reforçar desigualdades sob a aparência de neutralidade. O discurso meritocrático, ao desconsiderar as condições desiguais de partida, contribui para a naturalização da exclusão.

Além disso, conforme Freire (2011), a educação deve ser compreendida como uma prática de liberdade, orientada à formação crítica dos sujeitos. Assim, pensar o acesso ao ensino superior implica reconhecê-lo como um direito social, e não apenas como resultado de desempenho individual.

2.2 Cursinhos pré-vestibulares populares e a educação popular

Os cursinhos pré-vestibulares populares emergem como estratégias de enfrentamento às desigualdades educacionais, especialmente no que se refere ao acesso ao ensino superior. Em particular, os cursinhos populares e aqueles vinculados a universidades públicas assumem um papel que ultrapassa a preparação técnica para exames, configurando-se como espaços de formação crítica e inclusão social.

Essas iniciativas podem ser compreendidas à luz da educação popular, ao promoverem o acesso ao conhecimento sistematizado e o fortalecimento da autonomia dos estudantes. Ao oferecer suporte pedagógico, orientação e acolhimento, contribuem para a construção de trajetórias educacionais mais contínuas. Nesse sentido, dialogam com a perspectiva de Arroyo (2000), ao

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

reconhecer os sujeitos das classes populares como portadores de saberes, histórias e experiências que devem ser considerados nos processos educativos.

Sob uma abordagem crítica, Frigotto (2010) aponta que a educação, quando orientada pela lógica do mercado, tende a reforçar desigualdades, convertendo o conhecimento em instrumento de competição. Assim, os cursinhos pré-vestibulares populares operam em uma tensão permanente: ao mesmo tempo em que ampliam oportunidades de acesso, também se inserem em uma lógica seletiva baseada no desempenho.

Ainda assim, tais espaços podem assumir um caráter contra-hegemônico ao promoverem não apenas a preparação acadêmica, mas também a reflexão crítica sobre a realidade social. Essa dimensão evidencia seu potencial formativo, aproximando-os de uma concepção emancipatória de educação.

Entretanto, essa ambiguidade revela seus limites: ao mesmo tempo em que promovem inclusão, não alteram estruturalmente os mecanismos de seleção. Dessa forma, evidenciam a necessidade de políticas educacionais mais amplas, capazes de enfrentar as desigualdades em sua base.

2.3 O CEPV/UEL: entre democratização e limites estruturais

O CEPV/UEL configura-se como uma política institucional relevante no processo de democratização do acesso ao ensino superior. Ao oferecer preparação para o vestibular em um ambiente universitário, contribui não apenas para o desenvolvimento acadêmico, mas também para a construção do pertencimento dos estudantes ao espaço universitário.

Essa dimensão simbólica é fundamental, uma vez que o distanciamento entre universidade e classes populares não é apenas material, mas também cultural. A vivência no ambiente universitário possibilita aos estudantes ressignificarem suas expectativas e reconhecerem-se como sujeitos capazes de ocupar esse espaço.

Além disso, o CEPV atua como mediador entre a educação básica e o ensino superior, auxiliando na superação de lacunas formativas. Contudo, conforme ressalta Libâneo (2013), práticas pedagógicas isoladas não são suficientes para garantir equidade educacional em contextos marcados por desigualdades estruturais.

Dessa forma, o CEPV apresenta-se como uma iniciativa relevante, mas inserida em um sistema que permanece seletivo. Sua atuação evidencia tanto seu potencial democratizador quanto os limites impostos por um modelo educacional que ainda não assegura condições equitativas de acesso.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Embora enfrente dificuldades, o cursinho pré-vestibular popular (CEPV/UEL) é essencial: a análise teórica mostra que ele contribui significativamente para a democratização do acesso ao ensino superior público ao oferecer suporte acadêmico e formativo a estudantes em situação de desigualdade educacional. Assim, sua atuação amplia oportunidades, fortalece trajetórias e aproxima os estudantes do ambiente universitário.

Ainda assim, a perspectiva crítica evidencia que iniciativas como o CEPV não são suficientes, isoladamente, para superar as desigualdades estruturais do sistema educacional brasileiro. Por isso, a democratização do ensino superior deve ser entendida como um processo que inclui não apenas o acesso, mas também a permanência e a transformação das condições sociais que produzem essas desigualdades. Nesse sentido, o CEPV/UEL se configura como uma ação ímpar durante o enfrentamento das desigualdades educacionais, claro, amarrado com políticas que ampliem essa concepção aqui defendida.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre**: imagens e autoimagens. Petrópolis: Vozes, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

LIMA, Ângela Maria de Sousa; Campos, Margarida de Cássia; AMARAL, Wagner Roberto do. **Democratização da Educação Superior: ações afirmativas na Universidade Estadual de Londrina**. Londrina: Eduel, 2024, 348 p. ISBN 978-85-7846-601-5.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.